

# Água Santa e o poder simbólico: O papel da religiosidade na construção da resistência popular na comunidade do Pires (MG)

Gabriela Fraga Fernandez

O presente artigo tem por objetivo demonstrar como a relação entre religiosidade, gênero e práticas comunitárias tradicionais permitiu a construção de um movimento popular de resistência a mineração na comunidade do Pires, Congonhas-Mg. Para isso, descreve o evento de limpeza liderado por cinco mulheres da comunidade de uma das nascentes assoreadas em 2010 pelas atividades da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e, trata de duas práticas rituais e comunitárias que fundamentam as ações de resistência à mineração: o batismo das pernas das crianças na Água Santa e os *mutirões* de limpeza do “regão”, uma antiga captação de água feita pelos próprios moradores da localidade.

**Palavras-chave:** água, resistência, simbolismo, conflito, mulheres

**Água Santa and the Symbolic Power: The Role of Religiosity in the Construction of Popular Resistance in the Pires Community (MG)** aims to demonstrate how the relationship between religiosity, gender and traditional community practices has allowed the construction of a popular movement of resistance to mining in the community of Pires, Congonhas-MG. To this end, it is part of the description of the cleaning event of the silted up springs due to the activities of the National Steel Company (CSN), led in 2010 by five women from the community, and the recovery of two ritual practices: the baptism of the children's legs in Agua Santa and the cleaning joint effort of the “regão”, a water collection made by the residents themselves.

**Keywords:** water, resistance, symbolism, conflict, women

## O Evento<sup>1</sup>

– Aí o pessoal: “Então está combinado”. Aí o que que nós fizemos? “Vamos limpar, 7h da manhã, todo mundo na

Doutoranda em antropologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Mestre pelo PPGSA da UFRJ e graduada em ciências sociais pela mesma universidade.

E-mail: fernandezfgabriela@gmail.com

1. Agradeço especialmente a Sandoval Souza Pinto Filho, Ivana Fidelis e suas respectivas famílias pela amizade e confiança depositada neste trabalho.

nascente. Fulano vai arrumar um carro e vai buscar comida, o outro grupo vai arrumar refrigerante, que não tem água, o outro grupo vai ‘paisar’, quem que vai vir? Se vier polícia, não deixa. Se for o caso, pega pau, ali tem muito pau, mete o cacete”. Porque nós não podemos ficar sem água. (...) Tinha umas 500 pessoas ou mais, aqui dentro, agora, lá fora tinha a comunidade inteira. Só não veio para cá as pessoas enfermas, as mães de nenéns recém-nascidos, mas o resto estava tudo aqui. (Entrevista com Luzia<sup>2</sup>, liderança do Pires, 2012)

Em 10 de janeiro de 2010, na periferia da cidade de Congonhas, região central de Minas Gerais, às margens de uma das rodovias mais movimentadas do país, a BR-040, um grupo de cerca de duas mil e quinhentas pessoas protagonizou o maior episódio de contestação local a uma das empresas mineradoras da região, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)<sup>3</sup>. Derrubando as cercas colocadas por uma de suas associadas, a empresa Namisa, cinco mulheres do bairro Pires organizaram e orientaram a execução de um *mutirão de limpeza* com o objetivo de revitalizar as fontes de água que abastecem o bairro e que haviam sido assoreadas durante a construção da estrada que liga a Mina do Engenho, propriedade da CSN, à rodovia BR 040. O confronto entre a comunidade de moradores e a empresa se deu em uma das principais nascentes que abastece o bairro Pires, a João Baptista, que décadas antes era utilizada pelos moradores para lazer durante os finais de semana.

O alerta noticiado na rádio, como me contou Laércio, morador do centro de Congonhas, dava pistas da dimensão simbólica que o movimento teria para o bairro e para cidade anos mais tarde:

– Deu até na rádio Congonhas. Diz que estava todo mundo lá... prefeito, empresa, polícia, promotor, padre, morador... todo mundo. Uma coisa de doido. Nunca tinha acontecido igual.

2. Visando à proteção do grupo, todos os nomes utilizados aqui são fictícios.

3. Este trabalho é uma adaptação do Capítulo III da minha dissertação de mestrado, intitulada *Pés vermelhos: Relações simbólicas e a luta pela vida frente a mineração de ferro no bairro Pires (MG)*, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ em fevereiro de 2016.

Figura 1



Fonte: Sandoval Souza Pinto Filho, 2010.

Enquanto as cinco lideranças femininas do bairro se dividiam na administração, grupos policiais, empresas e representantes do Estado e do MP tentavam dialogar do lado de fora. Mas havia também os que preparavam a comida, os que traziam mantimentos, os que faziam a escolta do local para impedir a entrada da polícia e forasteiros, os que cuidavam das crianças e os que, de fato, limpavam.

O local, que naquele momento tornara-se palco do conflito, sempre pertenceu ao bairro, mas havia sido “tomado” e cercado pela empresa dois anos antes, inicialmente sem explicações, para a construção da estrada. O cercamento impediu a princípio que os moradores entrassem e acompanhassem o estado das águas como de costume, mas, durante o período de seca na região (de agosto a setembro), desse mesmo ano, 2008, a água que chegava às casas passou a apresentar indícios de contaminação:

– A cor da água começou a vir assim, meio marrom, depois ficou quase preta mesmo, de minério. Como que a gente ia beber minério? Aí que a gente viu que tinha alguma coisa errada mesmo, não era possível ser normal.

Sem compreender a razão, já que não estavam no período de chuvas, momento em que usualmente a água apresenta turbidez natural em função da mobilização de sedimentos das encostas, as mulheres do bairro decidiram visitar as nascentes para averiguar. Pularam as cercas e descobriram que a empresa, sem qualquer consulta aos moradores, estava construindo uma estrada e que sua

obra havia levado a erosão do solo e assoreamento das fontes de água. Embora a nascente João Baptista àquela altura não apresentasse sinais de assoreamento, a coloração da outra, Boi na Brasa, que abastece a região alta do bairro, chamada Pires II, estava diferente do usual. Um processo via Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) se iniciou naquele momento, quando, pela primeira vez, o grupo de mulheres organizou a comunidade de moradores para invadir a Câmara Municipal e levar amostras da água barrenta durante uma assembleia popular com participação da empresa e da comunidade.

O processo se arrastou por mais um ano e, ao final de 2009, durante o período de chuvas, o bairro vivenciou 90 dias sem abastecimento de água potável. Naquele momento, as duas nascentes apareceram completamente assoreadas, já apresentando sinais do que os moradores chamaram de “assassinato”. A construção da estrada levou rejeitos do minério para o fundo dos córregos, transformando a água em barro espesso. Esta e outras manifestações de descontentamento contaram com o apoio efetivo de uma vertente progressista da Igreja Católica local, representada pela figura emblemática de Padre José, transferido de Mariana para Congonhas em outubro de 2008. Realizando missas a céu aberto no bairro, Padre José reformou e reorganizou grupos de reflexão por ruas, fazendo um trabalho de conscientização sobre problemas sociais e ambientais e estimulando a organização da resistência popular.

A intervenção do Estado ocorreu somente após o mutirão de limpeza das nascentes, embora o acordo entre os moradores e a Namisa, firmado via Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2008, comprovasse a culpa da empresa. A atuação do MP e o medo dos moradores do bairro obrigou a empresa a garantir, como medida mitigatória, durante quase um ano, 20 galões de água potável por dia para cada família, além de caixas d’água para os que não a tinham, material de limpeza e umectação das vias para rebaixar a poeira vinda da mina. Paralelamente à limpeza, o bairro do Pires começou a se tornar notícia em razão das paralisações e mobilizações que seus moradores realizaram na cidade de Congonhas e na rodovia BR-040, reivindicando melhores condições de vida e a construção de uma passarela ligando os dois lados da rodovia.

Baseando-me no trabalho de campo que realizei no bairro Pires entre os anos de 2012 a 2015 e no cenário de conflito socioambiental que opôs moradores, empresa e Estado, configurado a partir da degradação das nascentes, procuro, neste artigo, considerar de que maneira a religiosidade – expressada pela lenda da Água Santa – e pela prática vicinal dos chamados mutirões de limpeza, estabeleceram uma ligação fundamental

entre essa população e a água. Ligação esta que, como pretendo mostrar, foi capaz de integrar os moradores e permitir a sua construção como um movimento urbano de resistência diante da atividade extrativa mineral na região.

## A cidade de Congonhas e o bairro Pires

Congonhas tem hoje aproximadamente 54 mil habitantes e está localizada na região do Quadrilátero Ferrífero, a aproximadamente oito quilômetros da capital, Belo Horizonte, Minas Gerais. É uma típica cidade operária, com grande concentração de trabalhadores associados à extração de minério de ferro, atividade que vem margeando seu desenvolvimento ao menos desde o século XVIII e que se intensificou em três fases: primeiramente, com o estabelecimento de um processo de mineração no início do século XX; em seguida, com a nacionalização da Mina de Casa de Pedra pelo governo brasileiro em 1944; e, por fim, com a elevação dos investimentos por parte da CSN, detentora da mina e, possivelmente, principal empresa local.

Localizado na periferia da cidade, o bairro Pires, com uma população de mais de quatro mil moradores, é um retrato fiel dos efeitos experimentados pela presença da atividade extrativa mineral na região. Como podemos ver no mapa abaixo, a região que corresponde à comunidade é cercada por algumas das maiores empresas mineradoras em atividade no Brasil, a saber, CSN, Namisa, Vale, Ferrous e Ferrous+.

Figura 2



Fonte: Sandoval Souza Pinto Filho, 2015.

O primeiro olhar sobre o bairro diz muito a respeito da realidade que sua população enfrenta. O alaranjado que se



espalha pelas paredes das casas e tinge de dourado as plantas traz notícias sobre quantidade de poeira de minério que ali se deposita – cerca de 30 toneladas por dia, segundo dados disponibilizados pelo MP (2016) MG.

Figura 3



Fonte: Sandoval Souza Pinto Filho, 2012.

Mas não é apenas a situação de subjugação diante da atividade extrativa mineral que chama atenção e torna o local, de fato, singular. Considerando-se as demais comunidades de Congonhas, igualmente pobres e impactadas pela mineração, o Pires se destaca por sua luta e pela forma diferenciada com que estabelece sua ligação com o território.

## O ‘regão’, mutirões e passado rural

O bairro do Pires, nascido no século XIX, em pleno ciclo do ouro, foi a primeira moradia dos “*quebradores de pedra*”, agricultores que se aventuraram na vida do garimpo em paralelo com o cuidado das roças. O seu passado rural permitiu o desenvolvimento de uma “campenidade”, ou uma “ética camponesa” (ESTERCI, 1987), a partir da difusão de obrigações comunitárias e vivências em conjunto, baseadas no núcleo familiar e em distinções de gênero. Um exemplo da difusão dessa ética é a prática dos mutirões de limpeza dos regos ou ‘regões’ como são localmente conhecidos. Como me conta Luzia, uma vez por ano, todos os homens da comunidade se reuniam no primeiro domingo e, juntos, limpavam o *regão*:

– Todo ano meu pai trabalhava na Ferteco. Eu era garotinha. Ele, quando era o dia que ele se reunia para fazer esse mutirão, pra fazer

essa limpeza desse regão... Aí, quando eu lembro do meu pai pagando sim, uma outra pessoa pra limpar no lugar dele porque ele tinha que trabalhar. Isso era sagrado. Todo ano, não era mulher, não. Eram só os homens. (...) *Era de honra*. Se meu pai não pudesse ir, ele tinha que pagar uma outra pessoa para poder ir. Não podia entrar criança nem mulher, eram só os homens. Isso era sagrado, isso era lei. Todo ano eles se reuniam e tiravam um domingo, horário, e eles ficavam o dia todo e só saía quando terminavam. Eles não tinham horário de sair, só saíam quando terminavam.

O aspecto sagrado e simbólico do compromisso com a limpeza do *regão* corrobora a tese de que os *mutirões*, reuniões de parentes e vizinhos a fim de realizar determinado trabalho na comunidade, são um dos elementos constituintes e determinantes do modo de vida camponês (ESTERCI, 1987). Mais do que espaços de trabalho coletivo e de ajuda mútua, são momentos nos quais indivíduos do mesmo grupo podem partilhar e trocar experiências que, muitas vezes, são impossibilitadas pelas atividades cotidianas.

O aspecto moral da atividade, ligado ainda, neste caso, a uma questão de gênero, demonstra que sua realização se orientava pela ideia de sustentação da ordem, do cuidado com a manutenção e a reprodução da família e dos espaços coletivos (DOUGLAS, 1976). Enquanto às mulheres era reservado o espaço de feitura da comida para os *mutirões*, aos homens cabia o trabalho manual: “Mãe fazia de véspera uma comida para papai levar, mas limpar não podia, porque isso era compromisso de homem. Só eles iam”, como conta Luzia.

Os *mutirões* são práticas vicinais que demonstram concretamente as regras sociais do grupo e têm eficácia por unirem as pessoas em torno de algo orientado pelo bem comum, tornando o grupo, de fato, uma comunidade (ALMEIDA, 2004). Trata-se de uma gestão compartilhada de bens coletivos, mas também de uma forma de dádiva produtiva, de solidariedade na produção. A lógica da reciprocidade motiva uma parte importante da produção, da sua transmissão, mas também do manejo dos recursos. A reminiscência desse tipo de atividade, que se traduz em uma maneira diferenciada de lidar com os bens naturais, indica a existência, em um passado não tão distante, de uma forma de sociabilidade tradicional ao universo camponês. Essa forma se perpetua no Pires por meio de uma memória compartilhada sobre o passado incrustada tanto na prática dos *mutirões* quanto no ritual de benzedura das pernas das crianças na Água Santa, uma fonte de água próxima à BR-040, opondo espaços masculinos e femininos.

Os *mutirões* de limpeza do *regão*, no Pires, eram, assim, práticas *sagradas*, um compromisso firmado entre os homens da comunidade, por isso de *honra*, por meio do qual demonstravam o

apreço pelo trabalho coletivo, mas, sobretudo, a necessidade de zelar pelo que “é de todos” e de reafirmar socialmente o papel do homem como provedor das condições básicas à subsistência da família – neste caso, água limpa e abundante.

A água aparece, nesse sentido, como um elemento importante de coesão e ordenação social. Bem comum por excelência, ela é imprescindível para a geração do alimento no caso das hortas, a manutenção da vida, o lazer, a higiene e até mesmo a organização espacial do bairro<sup>4</sup>. Mas, mais do que isso, a água no Pires faz a conexão com o sagrado, no sentido de perpetuação de uma moral religiosa, como veremos mais explicitamente no caso do ritual da Água Santa, capaz de reavivar a memória grupal em um momento de disputa.

## Água Santa

– Água Santa é uma fonte de água, um lago cristalino que fica lá do outro lado da BR-040. As mulheres todas se juntavam para levar as crianças para benzer na água. Cada uma levava uma comida, uma coisinha para beber e ia lá lavar as pernas da criança, para ela andar mais rápido. (Entrevista com Luzia, liderança do Pires, 2015)

No fundo da Água Santa, me contam, vive um grande monstro, parecido com uma baleia, que apareceria quando o lugar, que é *sagrado* devido à capacidade curativa de suas águas, fosse desrespeitado. Ali era proibido falar palavrão ou exercer qualquer outra forma de desrespeito. As águas tinham propriedades medicinais e eram revestidas de nuances “milagrosas”: faziam as crianças andarem mais depressa.

A Água Santa era visitada e frequentada, assim como os mutirões, nos “*dias de domingo*”, quase sempre pela manhã, para que as crianças não pegassem o sol mais forte da tarde. Os domingos são a data “*benta*” para realizar esse ritual, segundo me dizem, porque “Domingos são dias de Deus”, de estar em *família*. Essa demarcação temporal e religiosa demonstra a perpetuação da moralidade cristã, que prega esses dias como momentos de estar em grupo, de partilhar da palavra de Deus e do conforto do núcleo familiar. Tanto os mutirões de limpeza quanto a ida à Água Santa podem, dessa forma, ser considerados ritos, na medida em que os entendemos como eventos não cotidianos, circunscritos, que têm tempo e espaços delimitados para acontecer.

O rito é o momento em que indivíduos que se reconhecem como parte de um todo comum partilham do engajamento afetivo para promover algum tipo de mudança, no caráter individual de outrem ou na própria coletividade. Rituais são considerados, na

4. Tomando como ponto de referência a nascente, a casa de Joaquim (primeiro morador do Pires) e o *regão*, os pequenos agricultores da família Pires foram se instalando próximos à captação de água para facilitar a irrigação das plantações. A partir do terreno desbravado por Joaquim a comunidade foi crescendo.



visão durkheimiana, como eventos que dizem algo, de forma condensada, sobre o grupo que os protagoniza. As incursões à Água Santa e os mutirões de limpeza são momentos sociais diferenciados do cotidiano e demarcados pelo conjunto de elementos necessário à sua realização, a saber: o engajamento afetivo (sentimento de vinculação entre os participantes), a moralidade (moral coletiva/senso de bem-estar comum), a dimensão simbólica e o direcionamento para fins específicos (DURKHEIM e MAUSS, 1990) são entendidos aqui como ritos por excelência.

No livro *O pensamento selvagem*, Lévi-Strauss (1962) aponta como o mito e o rito não são simples “lendas fabulosas”, mas maneiras de organizar a realidade a partir da experiência sensível. O mito se estrutura em três principais funções. A primeira é explicativa: o presente se explica por alguma ação passada cujos efeitos se estendem no tempo. A segunda é a função organizativa: o mito organiza a vida social, orientando as relações sociais (de aliança, troca, parentesco, sexo, identidade, poder, entre outras) para garantir a perpetuação do complexo sistema de proibições e permissões. Por fim, a terceira função do mito, segundo Lévi-Strauss, estaria em narrar uma situação passada para estabelecer uma visão regularizada da natureza e da vida em comunidade.

## O ritual de batismo na Água Santa

O ritual de batismo das pernas dos pequenos na Água Santa consistia em lavar delicadamente os membros inferiores das crianças e deixá-las repousando nas águas por alguns instantes. Só as crianças podiam nadar no lago, para que não houvesse risco de ‘poluição’ das águas, mas mesmo assim elas não gostavam de se banhar, porque tinham “medo do monstro”. “Eu mesma morria de medo! Entrava não!”, me contou uma das irmãs de Luzia. A ideia de um monstro que mora no fundo do lago funciona como símbolo do *perigo* (DOUGLAS, 1976), como uma barreira. Por meio do medo se impõe uma limitação que ajuda a preservar o espaço e sua nuance misteriosa e sagrada.

Para Durkheim e Mauss (1990), todo ritual é feito a partir da regulação entre o profano e o sagrado (que é objeto de respeito), de maneira que todo rito é composto por sua nuance negativa e positiva. A função negativa tem por objetivo evitar misturas e aproximações entre o sagrado e o profano e impede, portanto, que um dos domínios avance sobre o outro, causando efeitos ruins, desordens materiais – como na interdição mágica, por exemplo – e sanções míticas e/ou sociais aos responsáveis pela mistura. A interdição, pelo tabu, garante que as coisas não se toquem e, conseqüentemente, que as ideias não coexistam.

Sobre a diferença entre as interdições mágicas e religiosas, Durkheim e Mauss dizem:

A interdição religiosa implica necessariamente a noção do sagrado, vem do respeito que o objeto sagrado inspira e tem por finalidade impedir que falte esse respeito. Ao contrário, as interdições mágicas supõem apenas a noção perfeitamente leiga de propriedade. As coisas que o mágico recomenda manter separadas são aquelas que, em razão de suas propriedades características, não podem ser misturadas ou aproximadas sem perigo. (...) em uma palavra, as interdições religiosas são imperativos categóricos; as outras são máximas utilitárias, primeira forma de interdições higiênicas e médicas (DURKHEIM e MAUSS, 1990, p. 239).

O aspecto positivo do rito, por sua vez, tem a função de regular e organizar, por meio de práticas eficazes, as relações positivas e bilaterais entre os homens e as forças religiosas. Assim, tanto as proibições – de entrar nas águas, falar palavrões e a proibição masculina – quanto os aspectos positivos – da ida em grupo, da comida compartilhada, da realização no domingo e de laços entre as mulheres e entre mães e filhos – têm por objetivo organizar a experiência coletiva, implementar a *ordem* (DOUGLAS, 1976).

Às crianças é permitida a entrada unicamente porque entende-se que são puras, que são “almas de bom coração, que o homem ainda não corrompeu”. Os palavrões devem ser evitados pelo mesmo motivo, porque contaminam o ambiente com energias de baixa vibração<sup>5</sup>. As regras de conduta nos espaços *sagrados* existem para resguardá-los da falta de *ordem*, das impurezas materiais (fluidos corporais e lixo, por exemplo) e simbólicas (a impureza da alma adulta, pecaminosa, a baixa energia de certas palavras). Mas por que os homens não vão até a Água Santa, pelo menos não quando as crianças estão sendo benzidas? Por que não são bem-vindos no espaço nesse momento?

Bachelard, em *A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria* (2006), nos auxilia a responder essas perguntas. Trabalhando com as projeções emanadas pelo simbolismo da água por meio da literatura, especialmente da poesia, o filósofo demonstra, a partir das relações psíquicas nos poemas, como no imaginário dos indivíduos e dos grupos humanos a água é sempre descrita como detentora de forças simbólicas que transcendem suas características materiais.

A água é objeto de uma das maiores valorizações do pensamento humano: a valorização da pureza. Que seria da ideia de pureza sem a imagem de uma água límpida e cristalina, sem esse belo

5. Aqui utilizo novamente as noções de Douglas (1976) sobre o papel da pureza e da impureza ritual.

pleonasma que nos fala de uma água pura? A água acolhe todas as imagens da pureza (BACHELARD, 2006, p. 15).

Um lago não é apenas um lago, ele é um conjunto de todos os sentimentos e as sensações de quem o contempla. Olhar para a água é enxergar em sua profundidade o olhar se abrindo para as nascentes, para a limpidez que reclama a pureza, e, se é escura, protestará sua translucidez porque recebeu toda a desgraça humana em sua profundidade (*Idem, ibid.*).

A Água é uma matéria que vemos nascer e crescer em toda parte. A fonte é um nascimento irresistível, um nascimento contínuo. Imagens tão grandiosas marcam para sempre o inconsciente que as ama. Suscitam devaneios sem fim... (*Idem, ibid.*, p. 16).

Para Bachelard, são dois os principais elementos simbólicos relacionados a água: o caráter feminino da água e a nuance de pureza que assume no imaginário coletivo.

“Água é vida”, escutei muitas vezes no bairro, porque é a partir dela que tudo começa e se desenvolve. A vida, por sua vez, parte da mulher. Como coloca Bachelard, a água é o elemento da mistura com a terra, que vira matéria-prima para tudo modelar, tudo produzir. O ritual da Água Santa explicita, dessa maneira, como todo rito, a organização social do grupo, sua estrutura. Ao posicionar as mulheres fora do mundo do trabalho, por sua suposta fragilidade, e dentro dos espaços da família, da religião, ao feminino são associadas ideias de pureza, mas também de manutenção. Por meio do complexo ritual, apreendemos a estrutura social do grupo: as mulheres estão para a casa e para água como os homens estão para o trabalho e para a terra.

O complexo ritual da Água Santa, cumprindo o principal propósito dos ritos, a eficácia simbólica, aproxima os indivíduos, neste caso as mulheres, assim como o mutirão da limpeza do *região* aproximava os homens, reforçando-os como seres morais dependentes uns dos outros e fortalecendo a coesão social. Durkheim (2009) e Mauss (2003) por isso apontam: o ritmo da vida religiosa exprime o ritmo da vida social e, ao mesmo tempo, dele resulta. As crenças, como representações coletivas, atribuem significados, enquanto os ritos estabelecem os regulamentos que garantem o funcionamento do culto religioso. Por conseguinte, os ritos são formas de reafirmação periódica do grupo.

Qual seria, nesse sentido, o papel da religião no Pires?

## O papel da religião e de Padre José

A Igreja, marcadamente por meio da figura de Padre José, ampara a organização da limpeza e direciona, pela tradição religiosa de parte do bairro – a parte alta e mais antiga<sup>6</sup> –, a mudança de perspectiva sobre as degradações ambientais que afetam a comunidade. O trabalho pastoral da Arquidiocese de Mariana, que promoveu a criação de conselhos comunitários e dos grupos de discussão e reflexão política por ruas por meio do modelo desenhado pela ação pastoral das comunidades eclesiais de bases (CEBs), é um dos pilares de sustentação desta e das demais articulações que se seguiram na região.

Padre José veio transferido da cidade de Mariana em agosto de 2009, momento em que a população do Pires já se questionava sobre os reais motivos pelos quais as águas estavam chegando sujas nas casas. A chegada de Padre José, coincidindo com o momento tenso, teve uma repercussão poderosa:

– Aconteceu uma coisa muito interessante, uma espécie de simbiose, né. Eu chegava à Congonhas no dia 28 de agosto de 2009, numa sexta-feira à noite. No fim de semana, naquele domingo logo em seguida eu fui celebrar no Pires, e na primeira celebração que eu tive junto com aquela comunidade a gente viu o sofrimento com as pessoas com a água suja, porque as suas nascentes [de] águas foram contaminadas, elas foram deterioradas, elas estavam perdendo as suas nascentes, as mananciais, sobretudo duas nascente importantes que abastecem todo o Pires, que é o Boi na Brasa e o João Baptista. Interessante que são nomes conhecidos na área, o Boi na Brasa e o João Baptista, que lembra pra gente o profeta, e o profeta João Baptista bíblicamente falando. Ele nos dão inspiração porque ele morreu pra defender a verdade, ele foi decapitado porque defendia a integridade da fé no matrimônio como símbolo de encontro entre Deus e a vida do povo. E aí naquele momento a gente começou então a perceber, começamos a discutir com a comunidade primeiramente o porquê daquela situação. (Entrevista com Padre José, 2012)

Pregando os ensinamentos do que chama de “Igreja Viva”, Padre José realizou missas à céu aberto, se aproximando dos moradores a ponto de desenvolver uma relação simbiótica com parte da comunidade. Mais do que dar amparo espiritual e conceder o espaço para as reuniões em sua paróquia, depositou nos assuntos cotidianos da vida da comunidade simbolismo, significado.

A Igreja Viva é um braço das comunidades eclesiais de base (CEBs), que nasceram nos anos 1960, sob a ditadura militar, como extensão da Teologia da Libertação – uma ideologia cristã orientada para a prática que tinha o objetivo de desenvolver, a partir do contexto histórico e social, meios de transformar a vida das

6. O alto da comunidade, mais próximo à nascente João Baptista, é o núcleo de origem do bairro. De lá descendem as casas. A margem, por sua vez, vem sendo ocupada por trabalhadores forasteiros. Existe um conflito religioso forte entre dois grupos: o católico, em sua maioria moradores antigos, e o evangélico, em sua maioria moradores novos do Pires. Neste artigo, faço referência exclusivamente aos mais antigos.

comunidades carentes da América Latina, por meio dos ensinamentos bíblicos de Jesus Cristo (BOFF, 2001).

As principais “bases” dessas comunidades seriam, segundo o pároco local, a palavra de Deus e a própria realidade e organização do povo. O método utilizado nas reuniões das CEBs para o conhecimento da realidade e o planejamento de suas ações envolve três momentos: *ver* – a realidade, levantar dados sobre a situação do bairro ou da sociedade como um todo; *julgar* – a partir dos dados levantados, fazer uma crítica com ajuda da Bíblia; e *agir* – planejar e executar ações coletivas que poderiam alterar a realidade.

– Que a comunidade, elas [as pessoas] se unem em quê? A base, qual que é a base? A base propriamente é a própria palavra de Deus, porque a palavra de Deus é luz que vai iluminar a reflexão do povo, essa é a primeira base. A segunda base está na organização popular, a comunidade, ela se organiza com refletindo, articulando-se, criando mecanismo de resistência de participação através, por exemplo, de grupo de reflexão de grupo de base de grupo de conscientização, grupos que vão se enveredando pra uma área mais social, outros na área ambiental, outros na área, por exemplo, de organização da periferia em defesa dos pequenos, em defesa da terra, em defesa das águas. E as comunidade eclesíásticas de base, elas proporcionam então uma visão também mais crítica da realidade, porque elas vêem que a realidade existe e a gente não pode existir de forma passiva, nós temos que agir ativamente pra responder à transformação dessa realidade, e a base está também em quê? Numa Igreja Viva, numa igreja profética, uma igreja que se anima. (Entrevista com Padre José, 2012)

## **Grupos de reflexão por ruas**

Com a chegada do padre, os grupos de reflexão por ruas são reformulados e voltam a ganhar adesão da parte católica da comunidade, formada em sua maioria pelos moradores mais antigos do bairro. Como Padre José aponta, são mais de cinco grupos que se reúnem quinzenalmente na casa de uma das famílias do loteamento, em que discutem os problemas e as questões cotidianas que estão enfrentando à luz do Evangelho, da palavra de Cristo.

– O grupo de reflexão, ele é um instrumento comunitário de organização popular e eclesial. Por quê? Porque ele é baseado em duas coisas: a palavra de Deus e a vida do povo. (Entrevista com Padre José, 2012)

Esses grupos são espaços privilegiados de encontro, em que as famílias podem trocar experiências que o cotidiano por vezes não permite e, principalmente, refletir sobre sua situação como

coletividade. Além dos encontros quinzenais, todo mês é plenajeado um plenário em que a comunidade católica se reúne para fazer um balanço geral do que precisa e do que pode ser melhorado, das ações que devem tomar diante dos fatos da vida.

Assim, a chegada e o auxílio de Padre José contribuíram para que as degradações a que os moradores do Pires estão sendo expostos fossem repensadas e para que os grupos pudessem se reestruturar. A partir da centralidade da água na comunidade, se iniciou então o processo de ambientalização do conflito (LEITE LOPES, 2004). O reencontro das famílias católicas por meio dos grupos fez ainda com que elas voltem a compartilhar momentos. Assim, revisitando a memória do passado, torna-se possível construir a do futuro.

Durante todo o trabalho de campo, principalmente quando eu tratava, nas entrevistas, do evento de limpeza e das manifestações pós mutirão, a religião e a figura de José apareceram como elemento-chave para entender o conflito.

– Jamais teríamos conseguido nada se não fosse pelo Padre, pelos ensinamentos dele e de Jesus, né? A partir dele a gente começou a ver que o que tava acontecendo não era certo, não podia continuar. A gente a vida toda sofreu, foi chamado de índio, as empresas nunca ligaram para gente, pro que a gente sentia, uma hora isso tinha que mudar, a gente tinha que levantar. Padre José trouxe isso para comunidade, a força que faltava. (Entrevista com Carla, liderança do Pires, 2014)

Das cinco mulheres organizadoras do mutirão de limpeza das nascentes, Carla é a mais religiosa e a que tem mais contato com Padre José. Ela é ministra da Igreja Católica e coordena todos os grupos da região do Pires. Isso significa que é ela quem recebe os roteiros de reflexão elaborados pela Arquidiocese de Mariana e os distribui nos núcleos familiares.

O Roteiro de Reflexão, ela me explica, é estruturado em cinco partes:

1) *Acolhida*., uma oração feita por um membro da família que está cedendo o espaço de sua casa para a realização da reunião;

2) *Motivação*: nesta parte, em geral, recuperam a importância do grupo e o porquê de estarem juntos. Me mostrando um dos roteiros sobre a família Carla lê para mim:

– Mas afinal, o que é mesmo um grupo de reflexão? É um grupo de pessoas ou de famílias, unidas pela amizade, pela vizinhança e pela fé, à procura de um ideal em comum. No grupo de reflexão, as pessoas se conhecem, se amam, se ajuda e crescem, também sentam-



se perto de Deus e dos irmãos. O grupo se reúne em torno da Palavra, que é o próprio Jesus que nos convoca e envia.

3) *Fato da Vida*: o acontecimento ou tema sobre o qual se dará a reunião;

4) *Fato da Bíblia*: os versículos da Bíblia por meio dos quais se realizará a reflexão sobre o fato da vida;

4) *Oração final*: momento em que se reza o credo: um Pai Nosso, uma Ave Maria e uma glória ao Pai.

Os grupos foram importantes para dar força à mobilização, na medida em que possibilitaram, principalmente, reintroduzir na rotina intracomunitária os espaços de encontro. Assim, eles reaproximam as pessoas, especialmente as mulheres, por serem ligadas ao espaço da casa, e fornecem a base para a organização da ação contestatória: a desnaturalização dos impactos causados pela mineração (LEITE LOPES, 2004). Sem os grupos, possivelmente, o mutirão de limpeza das nascentes não teria condições de acontecer.

## Considerações finais

No Pires, o mutirão de limpeza das nascentes constitui um momento privilegiado para compreender como se operacionalizam as relações dentro do grupo, como práticas tradicionais são acionadas no processo de construção da resistência e da *luta pela vida*, que se utiliza do argumento ambiental para alcançar demandas mais amplas que a questão hídrica.

O papel da Igreja nesse processo, como agente, é fomentar a própria noção de direitos. É com o auxílio de Padre José que as mulheres conseguem se mobilizar e organizar o discurso político do grupo. A religião pode ser entendida, então, como um elemento-chave da vida privada, que aproxima mulheres que estão ou estiveram até dado momento reservadas quase que exclusivamente ao espaço da casa, da vida familiar, do *cuidado*, introduzindo-as em discussões acerca dos problemas sociais e de caráter político.

O papel da religiosidade e da moral cristã no contexto do bairro do Pires é, portanto, costurar todos esses elementos. Os grupos de reflexão por ruas relembram a importância de estar em coletividade e se tornam espaços por meio dos quais é possível acessar a memória de práticas vicinais complementares, como os mutirões de limpeza, praticados pelos homens, e, a benzedura, praticada pelas mulheres. Mais do que isso, esses espaços de encontro permitem que as mulheres reafirmem e expandam seu lugar de poder. A ameaça à reprodução material e simbólica do grupo diante da *poluição* causada pela atividade extrativa mineral na região e da escassez do elemento símbolo da vida, a água, leva,

assim, o grupo de mulheres, parte integrante dos estabelecidos no bairro, a exercer seu papel como mantenedoras do espaço e cuidadoras da família.

O sofrimento do filho de uma dessas mulheres coloca um limite a partir do qual não é mais possível conviver com a degradação. Assim como o uso de palavras de baixa vibração e a presença de pessoas consideradas inadequadas para participar do ritual de batismo na Água Santa, no caso, os homens, romperiam o ordenamento das regras, trazendo consequências perigosas, como o despertar do monstro que habita o fundo da lagoa, ao interferir na reprodução da família, a forma como a mineração tem sido realizada na localidade interrompe a estrutura social e passa a ser questionada pela construção da resistência e da mobilização popular. Mobilizando o repertório de ação confrontacional (TILLY, 1978) disseminado nos grupos de reflexão por ruas, que foram recriados com a chegada de Padre José, vinculado à vertente progressista da Igreja Católica, o grupo das cinco mulheres chama para si a liderança do movimento e leva os outros moradores, que partilham de um traço comum – o parentesco e a memória coletiva de uma vivência rural, em família –, a se unirem na revitalização de uma prática antiga: o *mutirão* (ESTERCI, 1987) de limpeza. O caráter nocivo da situação faz com que as diferenças internas ao bairro desapareçam e tanto *estabelecidos* quanto *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2001) se unam em prol de uma causa comum.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “**Terras Tradicionalmente Ocupadas:** Processos de Territorialização e Movimentos Sociais” *In* Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 6, nº1, maio de 2004.

BARTH, Fredrik. “*Grupos étnicos e suas fronteiras*”. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFE-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

BEYNON, Huw. “Protesto ambiental e mudança social no Reino Unido”. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-28, abr. 1999.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo libertador**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. “O espaço dos pontos de vista”. *In*: BOURDIEU, Pierre (org). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CÂNDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. “O motivo edênico no imaginário social brasileiro”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. Nova Delhi: Oxford University Press, 1995.

DE SARDAN, Jean-Pierre Olivier. **Anthropology and Development: Understanding Contemporary Social Change**. London: Zed Books, 2005.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DURKHEIM, Émile e Marcel MAUSS. 1990. **Algumas formas primitivas de classificação**. Em *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade**, 2001.

ERIKSEN, Thomas H. “The Cultural Contexts of Ethnic Differences”. **Man**, Londres, v. 26, n. 1, pp. 127-144, 1991.

ERIKSEN, Thomas H. **Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives**. London: Pluto, 2010.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: Peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. São Paulo: Unesp, 2010.

GODELIER, Maurice. **L'idéal et le matériel: Pensée, économies, sociétés**. Paris: Fayard, 1984.

LEITE LOPES, José Sérgio; ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (org). **A ambientalização dos conflitos sociais: Participação e Controle Público da Poluição Industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Do rural e do urbano no Brasil”. *In*: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1978.

SAHLINS, Marshall. “A primeira sociedade da afluência”. *In*: CARVALHO, Edgard Assis (org). **Antropologia econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Boston: Wesley Publish-ing Co., 1978.

Recebido em: 09/02/2018

Aceito em: 16/08/2018